

PORTUGAL

democrático

SAI NO PRIMEIRO SABADO DE CADA MÊS

ANO I — N.º 5

SÃO PAULO, 3 DE NOVEMBRO DE 1956

CR\$ 3,00

O desenvolvimento da atividade de PORTUGAL DEMOCRÁTICO levou-nos a mudar de sede, pois aquela onde nos achávamos era demasiado pequena. Assim, encontramos-nos presentemente instalados na

R. CONS. CRISPINIANO, 379, sala 601
Telefone 35-5822

onde todos os portugueses democratas encontram um centro de reunião ao seu dispor.

AS FESTAS DE CINCO DE OUTUBRO NO NOSSO PAÍS

NOVIDADES EM PORTUGAL?

Há coisas novas em Portugal, sim. A pressão dos povos no sentido da Democracia, que se verifica em todas as latitudes, não poderia deixar de lado a península ibérica. As notícias que nos chegam, através do filtro da censura à imprensa e à correspondência, são unânimes: há algo de novo no nosso país.

Nem poderia ser de outro modo: na própria Espanha de Franco o jornal "Pueblo", órgão da Falange, é forçado pelas circunstâncias a publicar um artigo SENTIDO DA OPOSIÇÃO, no qual se refere à existência de dois anteprojetos destinados a aproximar a estrutura do regime das fórmulas habituais da Democracia. Procura assim o fascismo espanhol canalizar em proveito próprio a onda de liberdade que varre a terra de Garcia Lorca.

Em Portugal, porém, o salazarismo nem tem possibilidade de tentar qualquer manobra deste tipo: se o fizesse, a ansia de liberdade do povo português seria tão forte que subverteria o regime. As sucessivas ações, concretas e bem definidas, da oposição portuguesa festejam este impeto.

Com efeito, além da moção oposicionista enviada ao presidente da República, que "Portugal Democrático" transcreveu, verificaram-se, nos últimos meses, protestos públicos dos intelectuais contra a censura, nos quais tomaram parte mesmo escritores politicamente indiferentes, e contra a exploração demagógica feita em torno da Exposição TRINTA ANOS DE CULTURA; o jornal "República" lançou uma campanha pró-anistia a todos os presos políticos cujo apelo inicial transcrevemos hoje; uma comissão de advogados, contando com o apoio da maioria da classe, empreendeu uma ação contra a lei celebrada que instaurou as medidas de segurança, que correspondem praticamente à instituição da prisão perpétua no nosso país, de tradição penal tão liberal; finalmente, a adesão da população às comemorações do 5 de outubro, em todo o país, foi ocasião de oportunas manifestações de unidade das forças oposicionistas e constituiu mais um aviso para o regime.

Como reage o salazarismo perante estes movimentos?

Reforçando a repressão e ensaiando manobras de baixa política. Assim, um Conselho de Ministros, realizado logo após o 5 de outubro, decidiu tomar medidas contra os organizadores daquelas festas populares. Por outro lado, o Presidente do Conselho, numa habilidade bem no seu estilo, procura desviar o sentido da luta, acirrando os ânimos dos monárquicos e apoiando o seu trabalho de sapa contra o regime republicano. Se esta manobra obtivesse êxito, Salazar forçaria os democratas portugueses a combater em duas frentes. Só assim se explica o seu apoio às quebras da legalidade republicana por parte do coronel Santos Costa que ultimamente assumiram um caráter tão flagrante que a sua desissão (segundo notícias de muito boa fonte) teria sido requerida pelo próprio presidente da República. Estas divergências dentro do regime mostram porém a todos os democratas que o salazarismo, como certos frutos, traz consigo o germe da própria corrupção e que nada poderá deter a sua queda, se nos unirmos e assim o quisermos.



Após o golpe de Estado de 28 de maio de 1926 o governo português tem proibido sistematicamente todos os atos públicos comemorativos da revolução de 5 de outubro. Este ano, porém, o 46.º aniversário da República desenrolou-se num ambiente de verdadeiro entusiasmo democrático e popular, que marca o novo surto das forças anti-salazaristas no sentido da conquista das liberdades democráticas e do reforço da unidade.

Em todas as cidades de Portugal e em certas localidades onde, até agora, a ação das forças democráticas não se fizera notar, verificaram-se grandes manifestações, que ultrapassaram as perspectivas mais optimistas. Apesar da ação das forças repressivas e da proibição de varias sessões publicas, pode afirmar-se que as comemorações deste ano foram dominadas, em toda a parte, por um entusiasmo exaltante.

APELO A UNIDADE

Nas reuniões efectuadas, a característica dominante foi o apelo à unidade, lançado por todos os democratas, pertencentes às mais diversas

tendências. Assim, em Lisboa, o advogado dr. Nuno Rodrigues dos Santos afirmou, num banquete que reuniu 650 democratas: "Chegou a altura em que todos os patriotas devem unir-se, esquecendo as suas questões pessoais e colocando, em primeiro plano, o desejo de continuar a obra imortal dos construtores da República."

Este apelo foi repetido nas sessões publicas efectuadas no Centro Republicano António José de Almeida, em Lisboa, no Teatro Avenida, em Coimbra, no Cine-Teatro de Aveiro; na Sociedade Incrível Almadaense, em Almada; no Teatro da Covilhã; no Clube

os Leças, no Barreiro, assim como em Mortagua, Caldas da Rainha, no Centro Bôto Machado de Gouveia, em Barcelos, no Teatro-Circo de Braga, em Faro etc.

No banquete de Lisboa, que se realizou no Restaurante Castanheira, sob a presidência do Almirante Mendes Cabeçadas, com participação de antigos Ministros e deputados da República, o dr. Santos Silva, representante do Porto, exprimindo o desejo das forças anti-salazaristas de solucionar pacificamente o problema português declarou: "Não queremos violência. Queremos apenas direitos legítimos"

(Conclui na 2.ª página)

Santos Dumont e Uma Falsidade Histórica

por ARMANDO PINTO

Em todo o mundo, jornais e enciclopédias de língua inglesa, ora esquecem deliberadamente Santos Dumont, ora apresentam-no como um jovem milionário brasileiro que, audaz e intrepido, impressionou em 1906 o povo parisiense com suas aventuras em esplanadosos balões e outras máquinas de voar. A mistificação não foi difícil de obter. O pequeno "Santó" era figura de excepcional popularidade em toda a capital francesa. Para isso contribuíam não só as suas frequentes experiências de aeronauta, como também seus prêmios de incentivo aos inventores de motores, e ainda suas excentricidades de visível intenção social. A este respeito, conta-se que um dia Santos Dumont ao receber o chorudo prêmio de um dos muitos concursos que venceu, o aplicou integralmente no resgate de todas as ferramentas que tivessem sido empenhadas por operários parisienses.

Tamãha popularidade e "excentricidade", foram motivo para velar, encobrir, ignorar, a sua obra de navegador, de cientista, de pesquisador infatigável e diligente das grandes leis que regem o vôo mecânico.

Quando Santos Dumont, em prova controlada, vôu num aparelho mais pesado

que o ar, não foi a aventura mas sim a ousadia científica que o levou a tal experimentação. Antes, tinham-se divertido os parisienses com a história de um burro puxando um avião suspenso num cabo aereo. Santos Dumont estudava dessa forma pitoresca a estabilização de seu aeroplano, quando no ar. A experimentação, os inúmeros cálculos traçados, o risco corrido sem gratuidade, mas sempre com um sã desejo de dominar as leis gerais do vôo me-

cânico, são provas da natureza científica de toda a obra de Santos Dumont. Ainda hoje, seu genial sistema triangular de rodas de aterrissagem, é adotado pelos próprios aviões ultra-sonicos. O que nos leva a concluir que, Santos Dumont, ao contrário dos irmãos Wright, se preocupava não só com o vôo momentâneo, mas com o seu ulterior desenvolvimento, e os problemas de aterrissagem nele implicitos. Porque, na celebre foto de

(Conclui na 7.ª página)



A IGREJA DE SANTA MARIA MADALENA EM OLIVENÇA

A S. Ex.a o Presidente da República

O jornal "Republica", de Lisboa, publicou no dia 15 de setembro passado, o artigo que abaixo transcreveremos, e com a qual iniciou uma campanha pró-anistia a todos os presos políticos.

Não podia PORTUGAL DEMOCRATICO ficar indiferente a tal movimento, porta-voz que é, dos democratas portugueses emigrados ou exilados no Brasil. Desde este momento oferecemos a nossa inteira solidariedade à campanha desenvolvida pelo "Republica" hoje o unico órgão legal das forças oposicionistas portuguesas.

Tendo como suprema aspiração servir o País, com a maior atenção tem acompanhado, este jornal, a vida portuguesa, durante quase todo o ultimo meio século. Fundado em 1911 por essa admiravel figura de português, de patriota e de democrata que foi o dr. Antonio José de Almeida, que como Chefe de Estado sempre se impôs pela sua devoção patriótica e pela sua grande alma formada no cadinho das mais altas virtudes, pela direcção e pelas paginas da "Republica" passaram, no decurso da sua já longa existencia nomes dos mais prestigiosos e dos mais flustres nos diversos sectores da vida nacional.

Durante as ultimas cinco décadas, aliás tão fertéis em acontecimentos de toda a ordem, e alguns de tão desastrosas consequências, com todos os portugueses experimentou este jornal as alegrias dos momentos de regozijo nacional, para sofrer, tambem, a dolorosa agressividade dos desastrosos e dos vendavais que, uma vez ou outra, não foi possível evitar que se tenham desencadeado na nossa terra.

Se "Republica" foi e é, com inflexível coerencia, a mais forte trincheira de defesa das nossas ideias, satisfeitos nos sentimos por não poder deixar de se concluir que em todos os tempos e em todas as circunstancias, fez sempre sua a bandeira verde-rubra que levou à vitoria de 5 de Outubro de 1910, ao mesmo tempo que fez do interesse nacional o seu unico e permanente programa.

Jornal politico e de informa-

PORTUGAL DEMOCRATICO

Redação:
Rua Conselheiro Crispiniano, 379 - 6.º andar
sala 601 - Fone: 35-5822
São Paulo-Brasil.

Diretor-responsavel:
Otávio Martins de Moura

EXPEDIENTE:
Dias uteis: das 9 às 18 hs.
Sabados: das 8 às 12 horas.

Este jornal aceita toda e qualquer colaboração que vise servir o "Portugal Democrático" com verdade e independência. Não dispõe de qualquer subsídio. Sua vida depende de todos os democratas, fundamentalmente brasileiros e portugueses, que desejam vigore em Portugal um regime verdadeiramente democratico. A forma mais imediata de o ajudar, consiste em substrever uma contribuição mensal, alem duma assinatura anual.

Cr\$
Assin. anual 30,00
Assin. especial 100,00
Numero avulso 3,00

ção, se nele nunca deixou de transparecer bem claramente o fulgor da nossa fé na liberdade é porque nos anima a sincera e patriótica convicção de que são as instituições democraticas, as que melhor podem satisfazer as legítimas aspirações dos povos, traduzidas nos seus vibrantes anseios de uma vida mais feliz e de mais dignidade.

Na mais ardorosa das batalhas a tolerancia foi sempre o mais robusto gladio de que fizemos e fazemos uso.

Não deixamos nunca de defender as nossas ideias com o mais ardoroso entusiasmo, mas mereceram-nos sempre o maior respeito as ideias e as crenças dos adversarios que se nos opõem. Por isso mesmo, jamais aqui se usaram processos de baixo jornalismo, para o que não está nos nossos processos agitar odios ou servirmo-nos das armas vis do insulto ou da mentira.

Bem entendido que defendemos ideias e sustentamos as nossas inabalaveis convicções. Mas não nos interessa o poder pela simples vangloria do mando ou de se poderem ocupar situações de relevo e de largo rendimento.

Sem duvida, que preferimos o País governado por instituições democraticas, pois é nossa segura convicção, nossa certeza, de que por eia se governam os povos mais a seu contento. Mas não ambicionamos mais, nem mais queremos que não seja dar à vida nacional o contributo do nosso esforço, ocupando o lugar paz e de concordia de que Porque o País queira dar-nos, em eleições livres.

Tambem este jornal se orientou sempre por um alto sentido de justiça. As suas colunas constituem indesmentível testemunho de que, por exemplo, mesmo durante a Primeira Republica jamais se evitou verberar os erros dos correligionarios, quando acaso eles caíam em erro, coisa natural, como homens que eram. Por outro lado, se desde o primeiro momento estivemos em franca aberta e leal discordancia com a organica com os processos politicos e de administração do Estado Novo, nem por isso, um só instante, nos afastamos da linha de correcção que seguimos, mesmo quando para conosco se adoptem atitudes menos justas.

De modo algum queremos, com tudo isto, concluir que se tenha conseguido fazer deste jornal um modelo de perfeição. Mas fez-se e mantém-se em moldes serios e alimentou e alimenta intenções e propositos honestos, ao mesmo tempo que tem sido sua imaneute tarefa e veemente aspiração ver todos os portugueses unidos pelos laços da mais salutar harmonia e

perfeita compreensão, sem terem de se odiar, hostilizar ou perseguir por abraçarem e defenderem ideias e crenças diferentes. Se está na paz nacional o fulcro principal da prosperidade das nações, essa paz torna-se mais indispensavel do que nunca nas horas de perigo. E é de bem torturantes preocupações e receios o momento que o Mundo vive.

Tudo aconselha ser necessario e urgente que as nações robustecem a sua força, acabando com as incompreensões que dividam os seus filhos.

Ao senhor Presidente da Republica e ao Governo permitindo nos seja lembrar que este jornal representa, não o ignora ninguém, o pensamento e as patrióticas aspirações de uma corrente importante da opinião nacional, que ao influxo da liberdade só tem como suprema aspiração servir, e honrar a Patria de todos.

Apoiada, pois, à autoridade que lhe advem de quase meio século de serviços prestados ao País e fazendo-se coro dos anelos e do sentir de tantos e tantos portugueses, "Republica" ousa pedir ao senhor Presidente de Republica e ao Governo que se decrete uma ampla e total anistia para todos os delictos politicos.

Uma voz oficial afirmou, ainda recentemente, que não são muitos os presos que por motivos politicos se encontram nos carceres do Estado Novo.

Ainda bem e tanto melhor. A anistia que se pede e a Nação espera não deve abranger, porem, somente os presos.

São muitos os portugueses que sofrem, mesmo em liberdade, as duras consequências de penalidades que por motivos politicos lhes foram impostas. A muitos foram retirados os direitos politicos, enquanto outros perderam os lugares onde trabalhavam e de onde lhe vinha o pão para si e para os seus.

Diversos funcionarios civis e militares se encontram ainda na situação de demitidos. Em verdade, foram já amnistiados muitos, tantos até dos mais responsáveis e dos que ocuparam os mais elevados postos.

Ora a anistia deve abranger todos os casos.

Todos. Uma anistia que abra as portas das cadeias a todos os presos politicos, que ceda os direitos a quantos os perderam e ofereça pão áquies a quem, exactamente, por motivos politicos, foi retirado, reconduzindo-os nos seus lugares, ou reformando-os, de mais que para a Caixa de Aposentações descontaram durante muitos anos.

Relativamente pequenos serão já os encargos que uma tal medida acarretaria, e que o País, com satisfação, suportaria, só para ver implantada na nossa

terra uma nova era de verdadeira concordia nacional.

Senhor Presidente da Republica: senhores ministros, aproxima-se o dia da comemoração de mais um aniversario da implantação da Republica em Portugal. Da Republica que a V. Exas. como governantes cabe honrar, para gloria da bandeira verde-rubra e do hino nacional, que é "A Portuguesa", ao som de cujos vibrantes acordes os portugueses de 1910 venceram a Revolução de 5 de Outubro.

Ocasião oportunissima, portanto, para se decretar uma ampla e total anistia para todos os delictos politicos, até como novo testemunho de que a Republica continua a ser generosa, como sempre.

Fazendo-nos eco do sentir e do desejo de muitos portugueses, tantos que mesmo nossos correligionarios não são, este jornal atreve-se a lançar este apelo, ao senhor Presidente da Republica e ao Governo, na convicção firme e patriótica de que uma total anistia para todos os delictos politicos constituiria um grande passo para estabelecer na nossa terra a epoca de paz e de concordia de que Portugal carece e deseja.

UM LIVRO QUE TODOS DEVEM LER

FATIMA

«Historia de um Grande Embuste»
De TOMAZ DA FONSECA
LIVRARIA CULTURA NACIONAL LTDA.
Rua Quintino Bocaiuva, 71 - 11.º andar
Sala 1.101 — Fone 32-5223

AS FESTAS DE CINCO DE OUTUBRO NO NOSSO PAÍS

(Conclusão da ultima pag.)

mos para todos os portugueses". E o engenheiro Sá Cardoso acrescentou: "A pacificação da familia portuguesa é possível, se os democratas não lhe recusarem seu apoio."

OUTRAS PODEROSAS MANIFESTAÇÕES

Em várias cidades e localidades, de Portugal, além das que mencionámos, Montágna, Soure, T. Vedras, Póvoas de Santa Iria, Guimarães, Aveiro etc., onde os democratas portugueses celebraram esta jornada historica, bandas de musica percorreram as principais ruas, seguidas por massas populares, que conduziam a bandeira republicana. As peregrinações aos tumulos dos democratas falecidos como Candido dos Reis e outros, tomaram uma amplitude inesperada. Em Lisboa, milhares de pessoas reuniram-se no Alto de São João, vindas de todos os bairros e dos arredores, mostrando que 30 anos de dominio salazarista não chegaram para extirpar a sua fidelidade aos ideais republicanos. O entusiasmo desta multidão redobrou quando teve conhecimento de que se en-

contrava presente um dos combatentes da Revolução, um velho marinheiro de 84 anos que foi o primeiro ferido no campo da luta, na Rotunda, em Lisboa.

PROIBIÇÃO DA MANIFESTAÇÃO NO PORTO

No Porto as autoridades salazarista proibiram uma grande manifestação marcada para a vasta sala do Coliseu, o maior teatro do país. Apesar disto, milhares de pessoas reuniram-se frente ao monumento aos combatentes da revolução republicana de 31 de janeiro, onde depositaram um ramo com as cores verde-rubras. O dr. João de O. Guimarães tomou então a palavra, afirmando que esta homenagem testemunhava a gratidão e a admiração dos democratas pelos intrépidos combatentes da Republica. Em Coimbra, a Comissão organizadora foi presidida pelos Profs. Drs. Joaquim de Carvalho e Lucio de Almeida e pelo Ten. Coronel Alcide Oliveira em Aveiro pelo Almirante Tito de Moraes.

REUNIAO DE JORNALISTAS ANTI-SALAZARISTAS

Por seu turno, os jornalistas portugueses, representantes de

uma classe das mais directamente atingidas pela repressão salazarista, reuniram-se num banquete, a que assistiram muitos outros democratas, entre os quais o sr. Almirante Quintão Meireles.

Na maior parte das sessões publicas foram aprovadas moções, enviadas à Presidencia da Republica, pedindo a abolição da censura e uma anistia larga, para todos os presos politicos.

COMEMORAÇÃO POR PARTE DOS DEMOCRATAS CATOLICOS

Em Vila Nova de Gaia, e noutros lugares, os democratas catolicos, que se associaram em grande massa às comemorações, mandaram celebrar actos religiosos em memória dos republicanos mortos.

As autoridades salazaristas foram impotentes para deferir esta vaga que atinge todos os sectores da vida portuguesa. O ambiente pollicial que rodeou as manifestações publicas, serviu apenas para aumentar o descontentamento. As comemorações deste ano mostraram mais uma vez, que quando os democratas se unem, o salazarismo tem que recuar.

O PATRIOTISMO DÊLES

por JULIO SILVESTRE

A pedido de numerosos leitores e por se ter esgotado o numero que o publicou, damos hoje novamente à estampa o artigo "O Patriotismo Deles", no qual o nosso colaborador Julio Silvestre debate, em termos muito felizes, com que estamos totalmente de acordo, um problema que, para os portugueses do Brasil, assume capital importancia: O DO PATRIOTISMO.

Penosissima tarefa a da publicação de um jornal de opposição ao governo lusitano no meio da comunidade portuguesa do Brasil. Ninguém pode imaginar a soma de sacrificios, de más vontades, de animadversões até, que têm de arrastar todos aqueles que se traçam o dever de alimentar, longe da patria e dos que mandam nela, a pequenina mas sempre viva chama do ideal democratico.

O PAIS E O GOVERNO

O português do Brasil, se não de um modo geral, na sua grande maioria, confunde lamentavelmente o país com o governo. Pouco se lhe dá o regime que este siga. Vermelho, verde ou amarelo, o essencial é que ele saiba enaltecer aquilo que faz. Enaltecendo-se a si, enaltece logicamente o país. Se há verdade na sua propaganda, melhor para os que lá vivem; se não há, perdoa-lhe a mentira pelo que ela contribui para o prestígio fora da terra. Num ou noutro caso, o que ele não consente e de maneira nenhuma leva à paciência é que outros portugueses, pelo simples facto de discordarem do regime que lá vigora, se atrevam a contestar e a empanar o brilho, falso ou verdadeiro, dessa propaganda. Ele admite facilmente, num roda de amigos, à mesa de um bar ou botequim, que efetivamente exista miséria, opressão, toda a especie de tirania e arbitrariedade de que a opposição

se queixa. O que ele não aceita, com o que ele definitivamente o país. Se há verdade essas coisas se estampam num jornal, que não é só lido por ele, nem por outros portugueses como ele, mas por toda a especie de estrangeiro que nenhuma necessidade tem de andar ao par de verdades que nos amachucam...

Já muitos nos têm confessado a situação deprimente em que viviam no tempo em que as constantes revoluções e crises de governo davam de Portugal no estrangeiro a ideia de um país à deriva. Pouco lhes importa que o povo português nesse tempo fosse mais feliz do que é hoje e desfrutasse do direito que hoje lhe negam de reclamar e protestar contra as administrações ineptas ou corruptas. Pelo contrario: estamos em dizer que muito português do Brasil votaria de bom grado pela eterna supressão da liberdade e do bem-estar do povo a que pertence, se essa liberdade e esse bem-estar, concorressem de algum modo para reduzir a propaganda oficial que os envaidece... no estrangeiro.

SERA, ISTO PATRIOTISMO?

Chamam a isto patriotismo. É possível que seja. Mas é um patriotismo falso, um patriotismo sem raízes na terra nem laços de solidariedade com o povo que nela vive. É um patriotismo que aumenta ou diminui consoante o prestígio pessoal que dele se tira.

Não o compreendemos porque se opõe inteiramente ao nosso.

O NOSSO PATRIOTISMO

O nosso patriotismo entendemo-lo como um sentimento fraternal, um elo de amizade e de familia com um povo que tem de comum conosco lingua, historia, tradições, defeitos e virtudes que nos caracterizam e distinguem no meio da grande familia humana. Para nós só o povo conta, porque só ele é eterno e só ele dá sentido e expressão a esse conceito de Patria. O que nos orgulha nele não é o conformismo e a submissão com que resignadamente se sujeita às ordens e às leis dos que o governam, mas a altivez, o orgulho e a liberdade com que procure continuar e realizar sua missão na historia. O que nos orgulha nele não é o trabalho do seu governo, a lisura das suas contas, a estabilidade da sua moeda, a ordem policida em que ele vive; o que nos orgulha nele é o que ele teve e não tem agora, a plena liberdade de se afirmar através da obra dos seus poetas e dos seus artistas, dos seus professores e dos seus operarios, dos seus industriais e dos seus agricultores, de todos, enfim, que constituem o corpo, o sangue, a seiva de uma patria. E que ele viva livre e feliz, senhor da sua vontade e do seu destino.

Nós sabemos, sim, que para a maioria dos homens e, neste caso, para a maioria dos portugueses que aqui vivem, a liberdade deixou de ser uma bandeira suficientemente respeitável para justificar ataques a um sistema de governo que a não reconhece nem respeita. Mas o que nós não podemos compreender é que se aceite, se defenda e se aplauda um governo cuja maior condenação se encontra no simples facto de ele recusar toda a critica, todo o reparo, toda a observação que não parta da camarilha que o cerca. O que nós não compreendemos é como se possa acreditar em afirmações que se façam numa imprensa onde nem sequer houve o reboço ou a intelligencia de apagar o infamante estigma que exhibe no cabeçalho de todos os jornais: "VISADO PELA COMISSÃO DE CENSURA". Como pode haver verdade onde a liberdade se nega? O que é a verdade se não o resultado de uma suprema e ultima apuração que se faça de principios, de conceitos, de ideias e factos através da análise, da discussão e da critica? Como se pode acreditar que seja branco aquilo que nos não deixam analisar e verificar se é preto?

Sempre respeitamos o patriotismo dos outros. O que não podemos respeitar e absolutamente desprezamos é esse falso patriotismo que se alimenta de mentiras douradas e se recusa, pelo reboço de reconhecer a verdade, a desagrarar com o seu protesto a situação deprimente e vexatoria em que vive perante o mundo o povo a que pertence.

Perseguição ao Pensamento

De anos a anos, 4 vezes ao longo de um período de 30 anos, o regime salazarista fornece ao povo português uma epoca de ferias em relação à Censura. Vem isso a proposito de eleições, as eleições fantasmagoricas com que o governo salazarista tenta enganar o País e o Mundo, numa simulação democratica. Nessas ferias abranda o rigor da Censura, embora continue a existir a sua fiscalização e a imprensa permaneça obrigada a enviar os originais à Censura para receber a sanção que os libera ou condena. Todavia a Censura permite então a publicação de artigos que noutra epoca proibiria, porque é necessario fazer crer urbi e orbi que o povo está vivendo uma aura de liberdade e a imprensa publica livremente o que quer. Quem escreve estas linhas recorda-se de ter visto uma ordem da Censura, durante a propaganda eleitoral do general Norton de Matos e dirigida ao extinto semanario SOL: Reporte-se à indole do jornal. Não mais foi consentido ao sol occupar-se de assunto dessa eleição. Teve que se limitar à politica internacional. Foi durante um desses períodos de ferias que a REPUBLICA (em 20 de outubro de 1953) publicou o artigo que transcrevemos hoje.

"A grande escritora Maria Archer, figura de primeiro plano no panorama literario português, não necessita de ser apresentada aos nossos leitores. O seu nome celebrou-se no País e já ultrapassou as fronteiras. Os democraticos portugueses conhecem-na como militante da Oposição desde a sua intensa colaboração no extinto semanario SOL e a parte activa que tomou na campanha eleitoral do general sr. Norton de Matos. Constava, e até veio a publico que a insigne escritora, tendo assistido às 20 audiencias dum ainda recente julgamento politico no Tribunal Militar de Santa Clara, escrevera as suas impressões desse acontecimento da historia contemporanea. Soube-se mais tarde que se fizera uma busca na sua residencia e se lhe apreendera o original do livro.

Quiz Maria Archer passar pela nossa redacção para expor o caso e com provas colocar as coisas no seu devido lugar. E começou por afirmar:

— É absolutamente verdade tudo quanto se disse. A ocorrência passou-se na manhã do dia 20 de junho deste ano. Eu tinha a maquina sobre a secretaria, com 3 folhas de papel e 2 "químicos", e ainda trabalhava na obra. A PIDE apreendeu-me o I.o volume completo (material para um livro de 400 paginas) mas do 2.o volume só encontrou algumas folhas, embora esse 2.o volume dê para 700 paginas ou mais, isto é, achou apenas o original que eu não dera ainda por completado na sua parte informativa, porque, quanto à redacção definitiva, não sei ainda quando a farei.

É claro, fiquei indignada, apesar de já estar sujeita, e há muito tempo, às apreensões dos meus livros. Em 1939 foi-me apreendido um livro de novelas, em 1947 um romance. Ambos estavam publicados, portanto, bem ou mal, factíveis do rigor da Lei. Mas a apreensão do dia 20 de junho foi feita numa obra ainda em original, ainda entre as minhas mãos, ainda em contacto com o meu pensamento, ainda sem personalidade legal. Chego a admitir que se inaugurou comigo, em Portugal, a repressão do crime do pensamento...

— E que seguimento teve esse caso?

— O de me chamarem repetidas vezes à PIDE para prestar declarações e seguidamente assinar autos. Mas, melhor do que

todos os esclarecimentos que eu forneça dá uma ideia do assunto a leitura destes documentos...

A illustre escritora abre uma pasta e folheia-a.

— É a minha exposição ao ministro do Interior e a sua resposta. Repare-se nas datas — eu escrevi em 20 de julho, o ministro despachou em 14 de agosto, a carta do seu chefe de gabinete é de 14 de setembro... Aqui tem a minha "exposição"...

Exmo sr. Ministro do Interior
29 de julho de 1953
Excelencia

Tem esta exposição o fim de requerer a justiça de V. Exa. Passo a historiar porque:

Faz hoje um mês, portanto na dia 29 de junho, o inspector da PIDE sr. Porto Duarte, acompanhado de três agentes e um pouco do meu dia, apresentou-se à minha porta dizendo: Tenho que fazer uma busca nesta casa. Não levantei dificuldades à sua entrada, por as saber inuteis. Passaram ao meu escritorio, respiraram o meu ambiente, olharam os moveis e os quadros, e um minuto depois a busca estava finda. Em cima da secretaria achava-se aberta a maquina de escrever e eu copiava, nessa ocasião, o final de um livro. Ao lado havia umas pastas com o original. Um agente viu-as, entregou-as ao sr. Inspector, e a busca terminou. O que a PIDE pretendia, ao violar a minha residencia, era confiscar um original meu, ainda incompleto, escrito a que não dei a minima publicidade nem sequer a de facultar a sua leitura. Não vale a pena comentar o facto nem verberar-lo como merece. V. Exa. sabe, tão bem como eu, e que ele representa de violencia, de arbitrariedade, de violação das leis do País, de violação dos direitos humanos e individuais...

Fez-se um surto de apreensão, que eu assinei. O sr. inspector Porto Duarte retirou-se depois com os seus agentes e levou consigo o que era e é minha propriedade pessoal e bem assim uma pasta com correspondencia a mim dirigida e que se achava junta ao original — correspondencia que já me foi restituída. Por ela verifiquei a PIDE que não lhe dei razões de queixa e que havia quem se lamentasse de não ter conseguido de mim o emprestimo desse original para leitura — e, mesmo, quem se queixasse de eu o não querer publicar.

Contem esse original "Memorias", uma especie de reportagem do ultimo e sensacional julgamento de Santa Clara, cujas 20 audiencias acompanhei. Escrevi-o sem a minima clandestinidade, tomando apontamentos à vista de todos, pedindo documentos, (sentenças, alegações, frases, etc.) aos sr.s, advogados, ao sr. Promotor de Justiça, ao sr. secretario do Tribunal, etc. Fiz um relato historico seguramente parcial porque é humano, mas limpo de insulfo ou inveracidades tendenciosas. Escrevi o que me aprouve escrever, num direito que me pertence. Nem mesmo que tivesse feito um libelo insultuoso cumpriria à PIDE confiscar-me. A minha responsabilidade perante a Lei começaria no dia em que o publicasse. Ora eu não o publiquei, não tentei publicá-lo, não lhe dei circulação, não facilitei, sequer, a sua leitura. Escrevi-o para fixar lembranças, escrevi-o para mim, e não sei ainda, sequer, o que farei dele, no futuro.

... Não violei a Lei ao escreve-lo. A PIDE, confiscando um original de livro minha propriedade particular, e que violei a Lei que deveria servir e defender, nomeadamente a Constituição.

Já fui ouvida em auto, por este assunto, duas vezes, na PIDE. No final do ultimo auto o sr. inspector Porto Duarte prometeu-me que "no sábado" (dia 11) deveria estar tudo con-

(Conclui na 4.a pagina)



Transporte ultra-rápido de encomendas, bagagens, etc.

DOMICILIO A DOMICILIO

Rua Joaquim Carlos, 1.175

Fones - Esc.: 9-9988; Exped.: 9-7444

SÃO PAULO



Rua Barão de S. Felix, 94

L/4 - Fone: 43-7751

RIO DE JANEIRO

OPINIÕES INSUSPEITAS

por SARMENTO PIMENTA L

Daria volumes o relato dessa "apagada e vil tristeza" — que o Estado Novo semeou no campo maninho da metrópole.

Era ali que fazia minga a acção protetora desse estadista possuído dos poderes que o Exército outorgou a Salazar. Se tivesse coração, e a consciencia dum alto dever, enfrentaria sem receio a ganancia dos ricos, remediava o nível de vida da classe média, hoje endividada até as orelhas, e punha ponto final à miséria degradante dos trabalhadores agora em regime de autentica escravatura.

E' ainda das comunicações feitas ao IV Congresso da União Nacional que vamos rebuscar os dados que comprovam estas afirmações, visando tirar as telas de aranha dos olhos dos nossos patriotas que veem de passagem, ou cá de longe, a ditadura portuguesa como milagre de Nossa Senhora de Fátima e arvoram o ditador em seu filho dileto.

A tais cismáticos e à sua fé cristã transviada, repelimos apenas o que naquele famoso congresso afirmaram os correligionários do idolo satânico, sua esperança de que um sincero arrependimento os liberte de feio pecado mortal.

Um escritor corporativista português estudou o rendimento médio por habitante nas grandes regiões do mundo em relação à 1949 e em dólares." Na Europa, o quadro era este: Suíça 849; Inglaterra 773; Dinamarca 689; Belgica 582; França 452; Irlanda 429; Alemanha Ocidental 320; Italia 252; Portugal 160!

"O referido autor, documentando-se, afirma que ao trabalhador português falta ainda, geralmente, o indispensável a uma vida dignamente humana. E' uma miséria que não cobre o necessário à vida. Por isso a fome é a mãe de vícios e doenças, e a habitação é constituída por buracos no chão, por corredores e vãos de escada, barracas de latas e de trapos, ou compartimentos onde seres humanos se amontoam como animais ou muito pior que animais em pocilgas!"

"Para que? Para que ao acionista não faltem os lucros para o abuso e para os excessos."

"Como isto sucede conta-nolo autorizadamente um membro do Governo, o dr. Manuel Jacinto Nunes, em trabalho que publicou de colaboração com os drs. Francisco Pereira de Moura e Luiz Maria Teixeira Pinto. Em 1950, nas principais indústrias portuguesas, do produto líquido de 14, 2 milhões de contos, cerca de 39 por cento couberam à remuneração do trabalho. Os 61 por cento que ficavam absorvem-nos o capital, em juros, rendas e dividendos!"

"E' costume apontarem-se alguns países estrangeiros dos mais desenvolvidos como prototipos do capitalismo. Pois bem nesses a remuneração do trabalho absorve entre 60 a 70 por cento do total dos rendimentos. Em Portugal... 39 por cento. Para isto não há comentários bastantes."

"Nesta perspectiva, só uma conclusão é possível: o nosso operário sofre no presente as misérias do pauperismo e vive

asfixiado pelas ventosas do polo capitalista."

Leram? Acreditaram? Se leram, e não podem acreditar, esse estendal vem a paginas 247-9 da 3.a Seção "Vida Social" das mocunicações feitas ao IV Congresso.

E eu não transcrevo tudo quanto vem naquelas paginas, como seja a eloquente referencia a cinco familias que comandam... mais de 25.00 hectares de terrenos — quintas e herdades — 95 empresas, 167 lugares de administradores, de fabricas, bancos, sociedades comerciais. "Hoje a situação dessas familias e das de outros nababos é ainda mais preponderante, abrangendo a siderurgia e energia hidráulica, a industria de penhores e as grandes empresas de publicidade.

Já em 17 de abril de 1951 o Deputado Professor Mendes Correia, dizia na Assembleia Nacional:

"Surpreende-me que as administrações de empresas privadas estejam entregues a pessoas que fazem parte de muitas delas ao mesmo tempo, limitando a sua acção a receber chorudas retribuições, frequentemente sem sequer se darem ao incomodo de aparecer de vez em quando nos escritorios. Não é possível que, pertencendo a tantos conselhos, possam exercer seriamente as suas funções em todos eles. O que é certo é que o Estado admite, afinal que, não fazendo nada, uma casta especial de homens de negocios, acumule vencimentos astronómicos por cargos particulares que não exercem de fato".

E continua o dr. Mendes Correia:

"Já aqui ouvi autorizadas criticas a uma empresa que há dias publicou nos jornais de grande circulação, um resumo brevissimo das suas contas, mas um resumo de sufficiente eloquencia para se ver que se trata dum negócio da China, feito num regime concedido pelo Estado, e cuja posição difficilmente se explica num rigoroso critério de justiça economica e interesse coletivo."

"Vozes: — Muito bem!"

Essa pregação no deserto vem no Diário das Sessões e dele foi transcrita só pequena parte, porque o espaço que me concede "PORTUGAL DEMOCRATICO", não permite maiores alongamentos.

E' claro que de 1951 a 1956 a situação só se agravou, e que a dinastia dos ricos se tem multiplicado com rebentos dum filhotismo filho da mãe Legião.

Não houvera censura em Portugal e todos esses tubarões seriam chamados a contas, e o Governo, que os apadrinha e que é seu cúmplice para explorar o povo, há muito teria deixado o Poder.

Mas nem assim o ambiente de franca hostilidade à ditadura se atenua. Em qualquer ocasião em que direta ou indiretamente a opinião publica pode manifestar-se, as acusações e a repulsa a Salazar fazem coro e impressionam os mais confortados com o jugo totalitário.

O Congresso da União Nacional é um exemplo. Não haverá outro, por certo, tal a decepção que teve o ditador, fiado como estava na disciplina do Partido Unico, para afinal reconhecer que houve muita gente com coragem para repudiar a farza corporativa.

Tambem não é preciso ser Sarragoçano para advinhar que não haverá outras eleições para Presidente da Republica pelo processo que nomeou o General Craveiro Lopes.

O susto e a surpresa foram tão grandes e o metodo de contar votos tão escandaloso, que nem a própria tropa consente que se repitam.

Deve estar na forja qualquer decreto que eleja Dom Duarte

Nunes nosso Rei e Senhor.

Num golpe de mágica o tro-no de D. Miguel I volta ao tablado politico da "Formosa Estribaria".

Para tal fim o ministro "Cabo Costa" já ocupou com unidades de sua inteira confiança as posições estratégicas que garantem seus intentos, e procura desarmar a pouco e pouco as guarnições da provincia onde uma possível resistencia lh'os contrariasse.

Acabará numa guerra civil a aventura fascista daquele homem obsecado e cruento cuja validade e orgulho de mandão não lhe permitem reconhecer o fim catastrófico do seu governo de 30 anos.

O Presidente da Republica bem perceberá o labirinto em

que se encontra a pelas eloquentes e grandiosas manifestações de 5 de outubro passado concluirá da verdade de quanto vai acontecer dentro de alguns meses.

Antes disso, e para evitar o conflito latente, ele poderia reformar o "Cabo Costa", mas esse gesto implica a demissão de Salazar, e o castelo de cartas ruiria logo, arrastando tambem no encurdeiro a sua alta posição.

Convenhamos que era arriscar de mais.

O drama irá até ao fim. Neste pequeno intervalo vão ser metidos na cadeia, como comunistas, alguns dos republicanos que mais se salientaram nas manifestações de 5 de outubro, para evitar que eles arregimentem forças capazes e apartarem o golpe monárquico.

Depois, num ambiente de terror, os tanques vem para as ruas de Lisboa e "consumatum est". O resto se verá..

PERSEGUIÇÃO AO PENSAMENTO

(Conclusão da 3.a pag.)

cluido e far-me-ia entrega do original. Mas esse sabado passou, passou o sabado da semana seguinte, passou o mês sobre a confiscação, e o que é minha propriedade continua em poder da PIDE. E' para este facto que peço a intervenção de V. Exa. a fim de que me seja restituído o que não deveria ter sido desviado da minha legitima posse.

Posso dizer a V. Exa. que, contrariamente ao que esperava, em relevancia da fama, não me queiro de más palavras ou trato descortês da PIDE. O sr. inspector Porto Duarte tem sido dum delicadeza perfeita. Toda-via isso não me compensa, como é obvio, e acontece que, apesar das minhas instancias, continuo desapaosada dos meus papeis. Alem disso tenho que partir para ferias e custa-me fazelo tendo que avisar a PIDE da minha deambulação.

Em devido tempo, e por portadores da minha confiança, transferei para a segurança do Rio de Janeiro, à guarda do dr. Tomás Ribeiro Colaço, a maior parte deste original e as suas 2 copias. O que a PIDE me confisçou é apenas uma parte dele e de que estão, nesse deposito, copias a salvo do seu poderio. Apenas uma parte, 30 ou 40 paginas, e relativas ao ultimo julgamento no Supremo, foi confiscada com original e copias, e essa, pedindo aos advogados as alegações, juntando de novo documentos forenses, posso reconstitui-la facilmente, apenas com esforço de paciencia, pelo que o confisco da PIDE se reveste das cores sombrias duma violencia, inutil para o proveito de V. Exa., pois nem sequer alcança que a historia venha a ser privada das paginas que por amor dela escrevi.

Peço a V. Exa. para ordenar a restitução imediata do original que me foi arbitrariamente confiscado pela PIDE.

A Bem da Nação. (a) Maria Archer.

— Passados quasi 2 meses recebi este officio do Interior: N.O 1718. GBT, 33 6785

Exa. Sra. d. Maria Archer.

Acerra do exposto por V. Exa. na carta que em 20 de julho dirigiu a este Gabinete, cumprimento transcrever o despacho lavrado por S. Exa. o Ministro do Interior em 14 do mês findo:

— Estando ainda na fase da instrução o processo a que respeitam os papeis apreendidos à signataria da "exposição" não pode ser ordenada a restitução que se solicita.

Seja qual for o resultado do processo espera-se que a historia não seja privada do conheci-

mento da verdade e da justiça que a TODOS a devida.

A Bem da Nação. Gabinete do Ministro do Interior 17 de setembro de 1953 — O Chefe de Gabinete (a) Elzino Borges de Meneses.

— São realmente documentos para a historia de um regime. Mas calculo que já reentrou na posse do seu original..

— Ainda não. Nem sei se me restituem, nem quando. Não sei mais do que lhe acabo de relatar. Afirimo-lhe, porem, que os termos da resposta do ministro do Interior provocam a minha indignação e veemente protesto. O facto de eu ter escrito um livro de "memorias" que não publiquei nem fiz circular não pode ser fundamento de nenhum processo! Não há substancia criminal na minha aittude, não há materia delinquente nos meus actos. Não violei a Lei, não conspiréi, não escrevi literatura subversiva: Limitel-me a escrever memorias da minha época, aproveitando um acontecimento de dominio publico que me forneceu extraordinaria substancia para estudo e observação. Usei da minha pena

de escritor para fixar pensamentos e lembranças como é direito humano em todo o mundo livre — e lamento e revolta-me que esse direito seja coartado para cá da Cortina dos Pirineus.

Se nestes tempos calamitosos de "primus vivere" a consciencia universal fosse susceptível de se comover com a tragedia do pensamento perseguido, eu apelaría para os escritores do mundo livre. Este meu caso merece a atenção de todos os cleres que não traíram, de todos aqueles a quem repugna que, em pleno seculo XX, um escritor da Europa occidental seja vitima de tão clamante atentado às liberdades fundamentais da civilização contemporânea".

oOo
Como informação, e para alem da transcrição de REPUBLICA, acrescentamos que, apesar de todas as tentativas em prol do direito de recuperar a sua propriedade, a escritora Maria Archer continua desapaosada do original desse livro de "Memorias" que a policia politica portuguesa arbitrariamente lhe tirou de cima da secretaria, chamando ao acto estelionatarie apreensão".

FERRODAS

(Conclusão da ultima pag.)

UMA EXPLOSAO

Noticiaram jornais, em telegramas de agencias, que perto do Entroncamento houve panico no comboio Lisboa-Porto, devido a uma forte explosão: explodiu um vasto garrafão de vidro, cheio de calda de tomates. Os telegramas explicam o fenomeno pela trepidação.

E' compreensivel. Sobretudo perto do Entroncamento, que sempre foi dado a veemencias.

As grandes potencias fazem explodir bombas nucleares: a Portugal, segundo os conceitos injustissimos do dr. Salazar, não pode ser dada categoria de grande potencia. E até aqueles garrafões reagem, resgatando o renome patrio: quem não tem cão caça com gato. Os outros divertem-se com o hidrogenio. Nós, quando o mundo menos espera, fazemos explodir o que é atomico em Portugal.

UMA ESPADA

Publicaram apagadamente jornais do Rio a noticia que

uma comissão de "Intelectuais e jornalistas" val promover a oferta de uma espada de ouro... ao comandante Santos Costa. A' frente desse movimento está o sr. Paulo Tacla. Já nestas colunas foi feito o perfil de Santos Costa, que muitos democratas portugueses consideram o pior personagem do pesadelo politico em que vive Portugal. Só lúdidog iriam pois os officiais brasileiros — como se afirma — contribuir para essa inconcebível "homenagem".

O sr. Tacla, que bate agora nessa tecla, colaborou furiosamente no Brazil-Portugal efemero diario dirigido no Rio por Viriato Vargas. Nas crônicas de Paulo Tacla havia de tudo... menos gramatica. Agora, voltou a ser apenas um conceituado e honesto comerciante de joias e ourivesaria. Não saiu do seu comercio ao promover a entrega daquela espada de ouro. Entretanto, não basta que um homem compre e venda joias para que as suas ideias sejam brilhantes.

O TARRAFAL — POR QUEM LÁ ESTÊVE

A palavra TARRAFAL consubstanciou, em certa epoca, todo o odio dos portugueses ao regime de Salazar — Um dia se escreverá a epopeia dos que lá morreram — «PORTUGAL DEMOCRATICO» começa hoje a publicar um artigo sobre o CAMPO DA MORTE LENTA escrito por quem que sofreu na propria carne as agruras do regime concentracionario. Este artigo revela, pela primeira vez numa publicação, o que era, por dentro, a famigerada COLONIA PENAL DE CABO VERDE

Caro senhor.

Há dias, naquela tertulia, entre amigos, eu contava coisas vividas no Tarrafal. O meu amigo, que eu não conhecia e também por haver entrado a meio da conversa e ainda por ser um prozelito... desses que se deixam ir na corrente da "obra e do paraíso de Salazar", não compreendia bem o que estava ouvido. Razão disso a sua carta por mim há dias recebida e em que o senhor me pede para eu, aos poucos, lhe ir relatando, não só o que é o Tarrafal, mas também o que lá se viveu. Aquiescendo ao seu pedido al vôo, por meio do nosso "Portugal Democrático", estas "Cartas..."

Antes de começar quero dizer-lhe uma coisa: De quanto eu lhe disser sobre o Tarrafal, isso apenas representará uma pálida imagem daquilo que aquilo foi... daquilo que lá se viveu e se sofreu.

O que lhe vou contar, senhor, é uma historia muito singela e despida de coloridos literarios; porem ela envolve um dos dramas mais dolorosos sofridos pelo anti-fascismo português. Essa historia é uma das manchas mais negras a atirar à face da ditadura salazarista, no dia em que ela seja posta ao Sol. O que lhe vou contar, por meio destas "Cartas...", é uma tragedia vivida com dor e lagrimas de sangue, que ninguém viu correr... mas que correram... durante longos anos esquecido, com os seus duzentos e tantos camaradas, naquela ilha enfrentada, por todos os lados, pela imensidade do grande mar oceano.

Meu amigo, alem de tudo, vai-lhe falar um igual a si... um que, tal como o senhor, também come o pão nosso de cada dia com o suor do proprio rosto... como manda o cristianismo... o positivo... aquele cristianismo que diz ser mais facil passar um camelo pelo fundo de uma agulha... do que entrar um homem rico de dinheiro no reino dos ceus. Mas... mas perguntará o senhor a si mesmo: Se te mandaram para o Tarrafal e por tantos anos, alguma coisa haverás feito contra a nação...! Eu só sei que um dia fui apanhado, alem pelo mês de outubro do ano triste de 1940 e enviado para o Tarrafal, lugar a que os salazaristas chamam de Colonia Penal de Cabo Verde, onde estive mais de cinco anos, em regimen de trabalhos forçados, na companhia de outros anti-fascistas que contavam por oito e dez anos o tempo de "seca" e sem ao menos, eu e cerca de cento e vinte companheiros meus, termos uma acusação formal, sem havermos sido pronunciados pelos

Cartas... a Um Desconhecido

por DORIA MENDES

tribunais especiais da ditadura, sem processo algum. Apesar disso ali jaziamos esquecidos. Estávamos ali, na expressão da propria policia politica - como o país, pela boca dos seus governantes, se dizia neutro (?) - "para evitar que ajudassemos os aliados... para evitar que nos metessemos em lutas politicas... enfim, como precaução e salvaguarda das nossas vidas". E para evitar que ajudassemos o anti-fascismo, na sua cruzada mundial de vida ou de morte, contra as forças do mal, assim fomos atirados para aquelas longinquoas paragens, tão doentias e aos cuidados dum medico-assassino, o doutor Esmaraldo Paes Pratas por precaução...! Mas, amigo, Salazar, nessa altura dos acontecimentos, como, aliás, sempre, quando o nazi-fascismo parecia aos simples que ia comer tudo e todos, jogava com um pau de dois bicos. O neutro estava aguardando a derrota de um dos contendores para tomar partido pelo victorioso. E tomou-o! Hoje é democrata organico. Você sabe o que isso quer dizer...? Pois eu também não sei. Mas... aritmeticamente, a coisa é simples: Quero dizer que o democrata organico é contra o voto livre e secreto... que é ditador...

Mas, voltemos ao Tarrafal: Meu amigo, uma coisa que também importa salientar é a seguinte: Para muita gente boa... quem não disser bem da politica de Salazar... já não é bom português... já é dizer mal, etc. etc. Quanto à questão de eu ser ou não ser português... isso é sou. Também não pretendo, por sistema, dizer mal. Como cristão positivo que sou, apenas e somente me interessa dizer a verdade... verdade por mim vivida e, quem diz a verdade não merece castigo.

Continuemos: Agora quero descrever-lhe a geografia fisica do Campo de Concentração do Tarrafal da Morte Amarela, para que o senhor, que até há pouco ignorava a existencia desse campo de martirio, mandado construir por Salazar, tenha uma ideia precisa do que era aquela pretensa tumba do anti-fascismo português, idealizada pela ilusão doentia dum fanatico... ricamente encadernado de bom governante. Senhor, o Tarrafal é uma das muitas manchas negras desse tão cantado paraíso da ditadura salazarista; um beco sem saída para qualquer democrata honesto

que tenha a ousadia de criticar os actos do ditador; um rincão do mundo português de horizontes limitados e escavados, de colorido uniforme e monotono; plaga ardente de características pantanosas, batida pelo mar infestado de tubarões — desses tubarões do mar... — e açoitada pelos ventos de todos os quadrantes; terra da morte amarela povoada por enxames de mosquitos anofelis e por um grupo de guardas brancos, ainda mais ruins do que os proprios mosquitos; um campo de concentração esquecido no extremo mais inhospito da Ilha de São Tiago do arquipelago de Cabo Verde e para onde são enviados, para "secar", pela policia de Salazar, num "cavalinho de pau" (1) aqueles que lutam por melhores condições de vida para si e os seus iguais. Tarrafal é um rectangulo de duzentos e vinte e cinco metros de comprimento por cento e setenta e cinco de largura. Praticamente um fosso para donde com facilidade se entra e de donde difficilmente se sai. A circundar o campo há uma vala de quatro metros de fundo por três de largura, onde apodrecem as aguas das chuvas, no inverno, e colto de cobras venenosas e de centopeias, no verão. Para lá da vala, a fecharnos o horizonte já curto, com a terra tirada daquela, há um talude de três metros de altura. Do lado de dentro do campo, debruçando-se sobre a vala que foi construída, por um destemido capitão - há uma sebe de arames farpados, dou-tamente emaranhados, e com dois metros de largura por metro e meio de altura. A entrada para o campo é feita por uma ponte de pranchões colocados sobre um ponto da vala. Sobre esta ponte foi construído um portão, todo emaranhado de arames farpados. No portão abria-se uma pequena porta por donde nós e os guardas passavamos. O portão só era aberto para entrarem as vagonas da agua, ou para sair a "balalaika" — uma velha chevrolet — com mais um morto. No interior do Campo havia sete barracões de alvenaria e dois de madeira. Estes dois ultimos serviam: Um de oficina de carpintaria, onde eram feitos, pelos proprios companheiros, os caixões, de tabuas de calxotes, para os que iam morrendo, à mingua de tudo. O outro de oficina de auto-movel do director, uma furgoneta para transporte do correio de e para a cidade da

Praia e a "balalaika" — ou a "banbaran", como lhe chamavam o nosso Candido de Oliveira (2), porque a viatura, em marcha, toda ela se chacualhava. Os outros barracões serviam: Três de dormitórios, um de cozinha, outro de refectorio, um de enfermaria e o ultimo era a oficina de serralharia. Ainda havia um posto medico, que infelizmente só servia para lá irmos ver a cara de assassino consciente do seu papel — o medico do campo. Da parte de fora do acampamento também havia uns quantos barracões para os guardas brancos, a secretaria, onde era censurada a correspondencia, a companhia que nos guardava — e que de dois em dois anos era revesa-

da por soldados negros oriundos de Angola — e ainda havia a celebre "frigideira" e de larga historia... mas... meu amigo, esta carta já vai longa e, por hoje, ponhamos-lhe um ponto final e até à proxima.

Cordealmente o sauda
Doria Mendes

- (1) "Cavalinho de pau" era o nome dado a um barco que transportava, para a Africa, os deportados politicos.
- (2) Candido de Oliveira é aquele desportista português, bem conhecido dos brasileiros, actual director do Jornal "A BOLA" e que já foi o mais estimado e competente seleccionador nacional do futebol português. Também lá esteve cerca de dois anos... por ser português dos de lei.

(Continua)

NOTICIARIO CULTURAL

Protestando contra a inclusão das suas obras na exposição que o Estado Novo organizou em Lisboa com o titulo TRINTA ANOS DE CULTURA, as maiores figuras das letras, das artes e das ciencias do nosso país enviaram aos jornais portugueses a seguinte carta, que a censura salazarista não deixou publicar:

"Os abaixo assinados, conhecedores de que se encontram representados por diversas formas numa exposição actualmente aberta em Lisboa, intitulada "Trinta anos de cultura" agradecem a V. Exa. se digno tornar publico através do seu jornal que são completamente alheios aos verdadeiros propositos e à organização da dita exposição".

Os signatarios deste documento, que honra a intellectualidade portuguesa foram, entre outros, Antonio Sergio, Ferreira de Castro, Rodrigues Lapa, Vieira de Almeida, Alves Redol, Antonio José Saralva, Sofia de Melo Breyner Andersen, Fernando Namora, Mario Dionisio.

Paulo de Castro, escritor e jornalista nosso compatriota que, no Rio de Janeiro vem elevando bem alto o nome da cultura portuguesa, publicou em quatro numeros do Suplemento Literario do "Diário de Noticias" daquela cidade, uma veemente critica à obra de Alvaro Lins "Roteiro Literario de Portugal e do Brasil". Atacando o criterio seguido por Alvaro Lins (que, a proposito, aceitou recentemente

representar o Brasil junto do governo de Salazar), Paulo de Castro aponta importantissimas omissões de autores nacionais, assim como a falta de ligação dos escritores recolhidos com a respectiva epoca, e escreve: "Preocupamos sinceramente que os brasileiros menos avisados julguem que esta antologia exprima uma imagem, mesmo reduzida, da literatura portuguesa. O que ali está, são algumas imagens baças, descosidas, sem unidade intrinseca, sem um movimento orquestral. "O artigo de Paulo de Castro, que pela seriedade de informação recomendamos aos nossos leitores, constitui um grito de defesa da cultura lusitana, abastardada e diminuida na obra de Alvaro Lins.

Uma centena de escritores e jornalistas portugueses da nova geração entregaram ao Ministro da Presidencia, em Lisboa, uma representação em que desassombadamente protestam contra a ingerencia policial nas actividades intellectuais e a acção nefasta dos serviços da Censura. "Muitos jovens escritores portugueses — diz-se nessa representação — tem sido atingidos por aquelas duas formas de intervenção, tendo visto os seus livros parcial ou totalmente inutilizados. Igualmente vêm a sua colaboração em jornais e revistas mutilada ou interdita com muita frequencia, por razões de difficil ou impossivel compreensão". (Conclui na 7.ª pagina)

O M. N. D. DEFENDE-SE EM TRIBUNAL

Terminamos hoje a publicação do documento de defesa dos dirigentes do Movimento Nacional Democrático, presos e inculpados por se manifestarem contrários à política do Governo Português, no caso de Goa

Está-se, pois, em face de um crime impossível — que só se tornou formalmente possível porque o odio político transformou a simples entrega de uma Nota Oficiosa a jornais sujeitos à censura prévia num crime de que desde há seculos ninguém é acusado em Portugal!!!

QUANTO AO CRIME DO ART.º 149

A NOTA OFICIOSA do Movimento Nacional Democrático começa por mencionar, sinteticamente mas objectivamente, os factos publicos e notorios que então decorriam no nosso País. Como se sabe, em toda a primeira quinzena de Agosto passada se realizaram no País comícios, veladas, marchas e cerimónias diversas — fomentadas ou dirigidas ou patrocinadas pelas autoridades — tudo com vista a preparar a opinião publica para uma invasão aos territórios da Índia que se annunciava ir succeder no dia 15 desse mês. Nessa mera constatação de facto, que a NOTA OFICIOSA começa por fazer não se formulam quaisquer acusações, e só de uma sua leitura apresada ou tendenciosa se poderá concluir o contrario. Na verdade: perante todo este ambiente de agitação, ali sucintamente referido, o Movimento Nacional Democrático afirmava que o País desconhecia — e era preciso que conhecesse, através de uma informação ampla e livre — quais os problemas que, na verdade, motivavam o diferendium com a União Indiana. E, sobretudo, quais os possíveis problemas dos Povos de Goa, Damão e Diu, assim como de todos os outros Povos Ultramarinos nos seus aspectos moral, economico, social e politico. O certo é que, os factos posteriores vieram e continuam a demonstrar que, na realidade, toda aquela agitação era desproporcionada, como ao Movimento Nacional Democrático parecia. Pois, não só a annunciada invasão se não verificou — e tudo hoje demonstra que nunca esteve para se verificar qualquer invasão militar ou simplesmente de massas civis da União Indiana. Mas também, o problema de Goa, Damão e Diu — apesar disso — persiste e continua sem solução. Portanto, são verdadeiras as afirmações objectivas que se fazem no início da NOTA OFICIOSA — transcritas no despacho de pronuncia sob a alínea B, n.º I — e que aqui por brevidade são dadas como que reproduzidas. Por outro lado, também são verdadeiras as afirmações da NOTA OFICIOSA transcritas na alínea B, n.º II do despacho de pronuncia — e que aqui igualmente se dão por reproduzidas — acerca da falta de liberdades fundamentais. E, é publico e notorio que, desde 1945, todos os movimentos de Oposição ao Governo e pessoas das mais diversas tendencias politicas, inclusive muitos que foram partidarios da actual situação, acusam o Estado Novo

de impedir exercicio das liberdades fundamentais consignadas na Constituição.

Sempre desde aquela data tem sido reclamado do Governo pelas mais diversas formas e pessoas, que se permita a efectivação das garantias constitucionais — o que é uma aspiração verdadeiramente nacional — sem que ao presente tal se tenha conseguido. Da mesma maneira, desde 1945, o Governo tem sido acusado publicamente — e, sobretudo, nos momentos de liberdade condicionada em certos periodos eleitorais — de ser incapaz de resolver os problemas que interessam à Nação. Tal acusação é formulada não só por movimento e individualidades politicas, mas também pelos mais reputados tecnicos e especialistas portugueses que têm estudado tais problemas, quer no que se refere à Metropole, quer às Provincias Ultramarinas. Assim, ainda são verdadeiras as afirmações contidas a tal respeito na NOTA OFICIOSA e transcrita na alínea B, n.º III do despacho de pronuncia — e que uma vez mais se dão como reproduzidas.

Não subscreveram, pois, os arguidos quaisquer afirmações falsas ou grosseiramente deformadas e até mais nada fizeram do que repetir aquilo que tantas vezes se tem dito e escrito em toda a vigencia do Estado Novo — durante 28 anos.

Além das afirmações contidas na nota oficiosa serem verdadeiras, os arguidos produziram — nas não só com a plena consciencia de que o eram, mas também na certeza de que reproduziam factos incontroversos e do dominio publico. Por outro lado, nos autos não existe o menor indicio de que o bom nome de Portugal ou o prestigio ou o credito do Estado perigariam por virtude das afirmações subscritas pelos arguidos e não se pode entender que o conteúdo desta expressão legal dependa somente do criterio subjectivo do julgador. De resto, admitindo, se por hipotese, que daquelas informações algum perigo pudesse resultar — este seria apenas para o Governo — que é o unico visado em tais afirmações — e nunca para o prestigio ou credito do Estado, ou para o bom nome de Portugal — que do proprio documento incriminado resalta ser a preocupação dominante dos arguidos. Assim, não se verificam quaisquer dos elementos objectivos e subjectivos que enquadram a figura do crime previsto e punido pelo art.º 149 do Cod. Penal.

QUANTO AO CRIME DO ART.º 147 e SEUS Nos. 1.º e 2.º do § UNICO

Já acima se demonstrou que os arguidos, ao quererem publicar a NOTA OFICIOSA incriminada, não pretendiam senão conduzir à formação de uma esclarecida consciencia nacional que unisse os portugueses e os conduzisse a encontrar a solução que melhor servisse os

interesses nacionais naquela emergencia. E, convencidos, como estavam e estão, de que os metodos e processos do actual Governo são incapazes de permitir a formação dessa consciencia nacional, reclamavam do Presidente da Republica que, usando dos poderes que a Constituição lhe confere, formasse um Governo Democrático que assegurasse os direitos, garantias e liberdades fundamentais, de todos os cidadãos, quer na Metropole, quer no Ultramar. Ora tanto significa, evidente-



O PROF. RUY GOMES

mente, que os arguidos não proclamavam qualquer luta violenta contra o Governo ou tentavam perturbar a ordem e tranquillidade publica, pois se limitavam a apelar para o Chefe do Estado e para a Constituição. Portanto, não cometeram o crime previsto e punido pelo art.º 174 do Código Penal, nem tão pouco aqueles que são mencionados nos nos 1 e 2 do seu § unico. Pois, nenhuma noticia divulgaram uma vez que está provado nos autos que apenas se limitaram a entregar aos jornais a referida NOTA OFICIOSA. Mas, ainda quando de outro modo se considerasse, as afirmações que subscreveram não são falsas ou tendenciosas, mas verdadeiras como se diz nos art.ºs 6 a 70, inclusive, deste articulado, que aqui se dão por inteiramente reproduzidos. De resto, alega-se isto por mera cautela, por que no despacho de pronuncia nem tão pouco se diz quais as noticias falsas ou tendenciosas que foram divulgadas pelos arguidos!

QUANTO AO CRIME DO ART.º 1.º e § 2.º DA LEI 1901

Já varias vezes se tem pretendido ligar ou confundir o Movimento Nacional Democrático com o Partido Comunista Português, precisamente com o fim de classificar de ilegal a sua existencia e criminosa a sua actividade. Mas todas essas tentativas foram baldadas e sempre os tribunais julgaram semelhante acusação como infundada.

Afirma-se agora que apesar de se não demonstrar que o Movimento Nacional Democrático seja uma ramificação da

quele partido ou dele faça parte — há indicios nos autos de que têm grandes afinidades e actuam em colaboração. E o indicio apresentado retira-o o despacho de pronuncia de uma pressensa similitude existente entre a NOTA OFICIOSA e dois panfletos do Partido Comunista juntos a fls. 186 e 187. Contudo, é claro que um simples e desapassionado exame comparativo entre os citados documentos demonstra que a unica semelhança deles está apenas e somente em todos preceisarem negociações entre Portugal e a União Indiana. Ora, como já antes se referiu, esse pedido de negociações foi sugerido por todas as nações — não comunistas — que mantêm relações diplomáticas com o Governo Português, e inclusive pelo Vaticano. E até o proprio Governo acabou também por aceitar o principio da negociação embora sobre pontos restrictos do diferendium com a União. Daí, como é logico, o não se poder seriamente tirar o argumento de que o Movimento Nacional Democrático e o Partido Comunista tenham entre si afinidades e actuem em colaboração, só porque ambos falaram, nos referidos documentos, em negociações. Pois, a fundamentação, deduções, argumentação e afirmações de um e outros documentos são absolutamente diversas e até opostas.

O Movimento Nacional Democrático não é uma associação ou organização que exerça ou se proponha actividades ou fins subversivos, conforme se provou em diferentes passos deste articulado. Com efeito, toda a sua acção politica é dirigida e executada no sentido da mais estricte legalidade e dentro dos preceitos constitucionais vigentes, como se vê da própria NOTA OFICIOSA assinada pela Comissão Central, entregue à imprensa sujeita a censura prévia, fundamentada nos principios constitucionais e que conclui por reclamações ao Presidente da República. Além disso a sua actividade é publica e os seus dirigentes — que são conhecidos — apresentam-se como tais perante as autoridades e os órgãos do poder. E até o Presidente da Comissão Central, Professor Ruy Luís Gomes foi candidato à Presidencia da Republica nas eleições de 1951, apresentando-se em nome do Movimento. (Doc. 32).

Os seus fins — sempre constantemente annunciados e mais uma vez referidos na NOTA OFICIOSA — são os de lutar pelas LIBERDADES FUNDAMENTAIS, pela PAZ ENTRE OS POVOS e pela INDEPENDENCIA NACIONAL, através de meios e processos legais. Ora, ninguém pode considerar tais finalidades como subversivas e até porque todas elas se acham consignadas na Constituição Política, em especial nos seus artigos 4.º e 8.º. Portanto é claro que o Movimento Nacional Democrático não reclama senão que se cumpria na prática aquilo

que se estabeleceu na lei — permitindo-se aos cidadãos portugueses o exercicio efectivo dos direitos, liberdades e garantias que a Constituição lhes confere e garante. Por isso mesmo, sempre tem propugnado que se realizem eleições pelo menos com um minimo de garantias — liberdade de propaganda, recenseamento honesto e fiscalização eleitoral — às quais se tem declarado sempre pronto a concorrer, desde que tais condições se verifiquem. Ora, estas reclamações do Movimento Nacional Democrático são as mesmas que, desde 1926 — e, em especial a partir de 1945 — têm sido formuladas por todas as correntes de opinião politica nacionais. De resto, o espirito de legalidade que informa o Movimento patenteia-se bem na circunstancia de expressivamente condenar o putschismo ou as intencions revolucionarias, como bem se vê da transcrição que se fez na NOTA OFICIOSA das resoluções da sua IX Assembleia de Delegados.

E' bem patente, pois, que o Movimento Nacional Democrático não é uma associação que exerça actividades subversivas. Assim, nunca seria de aplicar no caso dos autos — ainda quando se considerasse o Movimento como lealmente equiparado a associação secreta — o Dec. lei n.º 37.447. Porém, a verdade é que, o Movimento Nacional Democrático não está sujeito às determinações do Dec. lei n.º 39.660 — que aliás, é inconstitucional. Com efeito, trata-se de simples movimento de opinião politica, sem a estrutura ou finalidades especificas que indispensavelmente têm de caracterizar as associações previstas naquele Decreto-lei. Mas, ainda quando assim se não entendesse, como daquela mesma lei se verifica, não existe qualquer prazo fixado para a apresentação de estatutos às autoridades nela referidas, relativamente às associações anteriores à sua promulgação. Ora, o Movimento Nacional Democrático surgiu em 1949, durante a campanha do General Norton de Matos à Presidencia da Republica, e desde então sempre e permanentemente tem tido existencia legal, reconhecida pelos proprios tribunais. E, tanto basta para que o Dec. lei 39.660 não se lhe applique e os arguidos não tenham cometido o crime previsto e punido pelo art. 1.º e § 2.º da Lei 1901.

Finalmente, repelem com indignação a suspeita que em alguns passos dos autos se levanta no sentido de fazer crer que a sua recusa em prestar declarações à PIDE e em assinar os autos tenha o fim de fugir às responsabilidades inerentes aos seus actos. De facto, é publicamente sabido que tal recusa tem o significado de um protesto, pelo facto de serem ditados só porque, usando de direitos constitucionais, fazem opposição legal ao Governo — por o cou-

(Conclui na 7.ª pagina)

PORTUGAL NA IMPRENSA BRASILEIRA

(Conclusão da última pag.)

Portuguesa, manifestando a comunhão de sentimentos republicanos que têm animado os nossos povos no desenrolar de sua campanha democrática em busca de mais progresso e justiça social.

E' nos grata esta oportunidade para renovar a V. Exa., e pedir que o transmita ao Governo e à Imprensa de Portugal a expressão de nossa profunda fidelidade aos sentimentos de amizade que tradicionalmente distinguem nossos fraternos sentimento nacionais.

(a) Herbert Moses.

x x x

O problema de Olivença continua a ferir, como um espinho a alma dos portugueses. O professor dr. Jaime Cortesão com a proficiência que todos lhe reconhecem, elucida neste artigo, que transcrevemos parcialmente, de "O Estado de S. Paulo" as verdadeiras raízes históricas que justificam a pertença da vila do nosso país.

Uma sociedade benemerita, o Grupo dos Amigos de Olivença, esforça-se, há alguns anos, por manter viva no público a consciência de que aquela vila portuguesa e seu território, há cerca de 140 anos sob domínio espanhol, devem ser reintegrados no corpo mutilado da nação. Se o tratado de Badajoz a incorporou injustamente à Espanha, anulado que foi esse convenio pelo tratado de Paris de 1814; reconhecidos que foram os direitos de Portugal sobre essa vila e seu território pelo Congresso de Viena em 1815, e, pelo tratado de 1817, ficou a Espanha obrigada a restituir a quem de direito Olivença e seu termo. Não obstante, a mesma Espanha, que tão asperamente reivindicava Gibraltar, sem apelo igual da fé diplomática, ainda não cumpriu aquela obrigação.

Mas, a par desse aspecto, que não carece de mais desenvolvimentos, há um problema de fundo, que recentemente tentamos dilucidar no agape, que periodicamente reúne os socios daquele Grupo.

Será Olivença, em boa verdade, pela forma e pela essência, uma terra portuguesa? E antes disso: haverá qualquer caráter distintivo e bem pronunciado entre Portugal e Espanha? Existirá um espírito português, em maior ou menor contraste com o espírito espanhol?

Um traço ideal nos irmãos: a hombridade ou hombría, palavras específicas dos dois grandes idiomas peninsulares e que significam a consciência austera da dignidade humana e do valor do individuo, traduzindo-se em inteireza de caráter, em afirmação isenta e heróica, da virtude, e da verdade...

A hombridade ibérica, individualista e fechada em si mesmo, leva ao humanismo introvertido do solitário, à exploração abismática do mundo interior; a Cervantes e ao D. Quixote, a Calderon e aos dramas da honra. A hombridade portuguesa, mais inquietada e amorosa, leva ao humanismo extrovertido, à fusão do homem com o mundo exterior da Natureza e dos homens: a Camões e aos Lusíadas, poema solidário duma nação, toda ela de heróis; e ao estilo manuelino, em que a mais rígida e estática das artes plásticas, a arquitetura, participa da inquietação do mar e da vida marítima.

A plasticidade, o poder de simpatia e compreensão, o sentido da solidariedade humana,

traduzem-se ainda na história da cultura portuguesa em instituições de socorro e assistência mútua que mergulham as raízes na cultura pre-histórica dos castros e nas comunidades agro-pastoris, que os representam em nossos dias; na criação portuguesa dos seguros marítimos, inspirada pelo mesmo sentimento de solidariedade; e, finalmente, na criação ainda mais tipicamente portuguesa, das Misericórdias.

Tem-se dito que um frade espanhol, o trino frei Miguel de Contreiras, confessor da rainha d. Leonor, inspirou em fins do sec. XV, a fund. das Misericórdias, iniciada pela mulher do Príncipe Prefeito. Mas a verdade é que as confrarias das Misericórdias, que estão na base dos hospitais respectivos, já existiam, na sua maior parte, sob a forma de confrarias do Espírito Santo, que sustentavam outros tantos hospitais da mesma invocação. Antes dos fins do século de Quatrocentos, já existiam uns sessenta ou setenta hospitais e algumas albergarias do Espírito Santo em Portugal. As Misericórdias tiveram, sim, no seu início uma organização nova e mais perfeita, mas essa veio da Itália. E' tão pouco espanhola essa instituição que em Espanha não há Misericórdias... a não ser a de Olivença. E na América espanhola, cuja história perustramos à busca de instituições semelhantes, encontramos uma em Buenos Aires, na primeira metade de Seiscentos... mas essa fundada pelos portugueses, que nessa época formavam, quando menos, metade da população da cidade. No Brasil, ao contrário, é sabido que à fundação de cada cidade correspondeu, quase imediatamente, a fundação de uma Misericórdia.

Aqui entramos no amago da questão. Se em Olivença há Misericórdia, é porque Olivença é de fundação e história portuguesa, pois antes da Misericórdia já existia na vila a confraria e o hospital do Espírito Santo, de que resta ainda vestígio na rua do mesmo nome. Quer dizer: desde a Idade Média que em Olivença ardia a chama singular do espírito português.

"A Igreja de Santa Maria Madalena de Olivença, é um dos espécimes mais nobres e mais puros do estilo manuelino" — diz, com a sua autoridade, Reinaldo dos Santos. A porta lateral do templo, do lado da Epistola, é idêntica às portas da Sé de Elvas; as colunas torsas do interior são como as da igreja de Jesus em Setúbal; os capiteis de troncos entrelaçados, são como os das igrejas de Setúbal, da Guarda e da Colegã; e arco triunfal da capela-mor é policêntrico como os das igrejas das Caldas da Rainha e da Marvila (Santarem); e o portal da capela do Paço Cadaval é analogo ao da Vestibular, cerca de Alcobaca, ou de Monchique, no Algarve. Mas nada em toda a Espanha que se compare a todas estas formas do manuelino, tão português e comum em Olivença.

Ora, esta arte, tão integrada no corpo vivo da nação, obedece all ao mesmo espírito que criou esse estilo em Portugal. A Igreja da Madalena, "quase tão vasta como uma catedral", foi certamente fundada, acrescenta Reinaldo dos Santos e nós assim o cremos, pelo bispo de Ceuta, d. frei Anrique de Coimbra; e este, cujos restos mortais repousam em mausoléu proprio dentro daquele templo, foi o franciscano, chefe de franciscanos, que acompanhou Pedro Alvarez Cabral e rezou a primeira missa no Brasil. A Igreja da

Madalena nasce, pois do mesmo impulso de vida, marítima e descobridora que inspirou os demais momentos da sua família artística em Portugal.

Para ampliar as conexões históricas entre Olivença e o Brasil, acrescenta-se que o homem mais notavelmente ligado à expansão portuguesa na margem esquerda da Amazonia e, em particular, nos vales dos rios Negro, Branco e Japura, que defendeu durante vinte anos contra os espanhóis, nos fins do século XVIII e começo do seguinte, se chamou Manuel da Gama Lobos de Oliveira. Olivença à família nobre dos Gamas Lobos de Oliveira pertence pois, em corpo e espírito, a Portugal. Procurando firmar bem esse fato, cumprimos um singelo dever de portugueses.

O M. N. D. ...

(Conclusão da 6.a pagina)

siderarem prejudicial aos verdadeiros interesses do Povo e da Patria. E ainda porque é contrario à sua noção de honra e ofensiva dos seus inalienáveis direitos de cidadãos referir a uma policia politica os actos que legalmente praticam no uso dos seus direitos.

De resto, o patriotismo de que sempre têm dado provas através de toda a sua vida e em todas as circunstancias é a melhor demonstração de que só o odio politico — provocado por uma permanente fidelidade aos seus ideais democráticos — podia promover este processo.

Por todo o exposto, não cometeram nenhum dos crimes de que são acusados. E, assim, finda a instrução contraditoria, devem ser despronunciados, como é de Justiça.

Notas Culturais

(Conclusão da quinta pagina)

Adolfo Casais Monteiro que prossegue infatigavelmente na sua campanha de denúncias dos efeitos nocivos do salazarismo na nossa cultura, não podia deixar em silencio a realização da já famigerada mostra dos "Trinta Anos de Cultura". O artigo que dedicou ao facto, no "Diário de Notícias" do Rio, começa pelas seguintes palavras, que dão bem o tom da sua indignação perante a tentativa, que o nosso jornal denunciou em Editorial no seu 3.º numero, de anexação dos maiores valores intelectuais portugueses pelo salazarismo: "O mal incuravel dos ditadores é a sua incapacidade para compreender que a propria essência do poder discricionário os impede — por mais excelentes intenções que, por mera hipóteses, lhes pudessemos reconhecer — de contribuir para o bem da cultura do país cujos destinos comandam".

Já se encontra nas livrarias do Brasil a edição do "D. Quixote de la Mancha", em tradução de mestre Aquilino Ribeiro, com ilustrações de pintor Lima de Freitas, que no nosso primeiro numero apresentamos aos leitores brasileiros. Trata-se de um lançamento monumental das Edições de Lisboa.

SANTOS DUMONT E UMA...

(Conclusão da 1.a pagina)

1903, distribuída pela Embaixada norte-americana, nós vemos um dos Wright voando num aparelho sem rodas. Voar, voou. E a aterrissagem? Que se rebente o aparelho...

Santos Dumont voou em 23 de outubro de 1906, durante uma prova publica e controlada por autoridades científicas, num aparelho mais pesado do que o ar. Os irmãos Wright, segundo eles e mais cinco testemunhas, voaram secretamente em 1903, em aparelho também mais pesado do que o ar. Por que não concorreram então à prova de 200 mil dolares oferecida pela Exposição de São Luis, em 1904? Por que em 1906, em vez de imputarem a Santos Dumont a prioridade de voo, se limitou Wilbur Wright a pedir os projetos da maquina do avião brasileiro?



SANTOS DUMONT, também uma vítima dos escribas.

Vejam os que, sobre o assunto, nos diz a edição americana da Encyclopaedia Britannica, Inc. (Chicago — London — Toronto).

No Vol. 19, pag. 982, da edição de 1954, dedicada ao 4.º centenario da cidade de São Paulo, encontramos:

SANTOS DUMONT, ALBERTO (1873-1932):

Aeronauta brasileiro. Nasceu em São Paulo — Brasil, em 20 de julho de 1863. Em 1897 realizou a sua primeira ascensão em balão, sobre Paris. Em 1898 começou a construir aeronaves dirigíveis e, depois de muitos fracassos, construiu um que ganhou o premio Deutsch e um premio do governo brasileiro pelo primeiro voo num tempo estabelecido, de Saint Cloud à Torre Eiffel. Em 1903 construiu em Neuilly o primeiro hangar de aviação, onde guardava a sua frota de dirigíveis, nos quais atravessava as ruas de Paris, entre as casas. Em 1905 Santos Dumont dirigiu a sua atenção para as maquinas mais pesadas do que o ar, e depois de experiências com uma helice vertical, construiu em 1906 uma maquina segundo a estrutura do papagaio de papel, com a qual ganhou o premio Deutsch-Archeadeacon em outubro. Em novembro voou 220 metros em 21 segundos. Em 1909 construiu o seu famoso "Demolisse" ou monoplaneo gafanhoto, precursor do moderno avião ligeiro. Em

Os "Jograis de São Paulo", quatro jovens que estão renovando a arte da declamação no Brasil, realizaram no dia 28 de outubro, no teatro Leopoldo Frois, um Recital Lusitano Brasileiro. Os poetas portugueses escolhidos para essa sessão foram Camões, Fernando Pessoa, Almada Negreiros, Casais Monteiro e José Regio.

3 de dezembro de 1928, após muitos anos de estada em França, regressou ao Brasil. À sua chegada o governo decretou meio feriado em sua honra. Escreveu: "Os meus aviões — historia da minha vida (1904)".

Nesta pequena biografia, além das informações erradas acerca do local de nascimento de Santos Dumont, é manifesta a ironia com que se pretende diminuir o aeronauta brasileiro. As sucessivas experiências com dirigíveis, e os aperfeiçoamentos técnicos daí decorrentes, são, para Encyclopaedia Britannica, "sucessivos fracassos". O 14-Bis, que venceu o premio Deutsch-Archeadeacon em 1906, é classificado na infantil categoria das maquinas segundo a "estrutura de papagalos de papel". Esqueceu também a Encyclopaedia Britannica de informar que o premio Deutsch-Archeadeacon se destinava ao primeiro voo controlado numa maquina mais pesada do que o ar.

Mas, não desanimemos, e continuemos folheando a Encyclopaedia Britannica.

No capítulo AERO ENGINES, o silencio sobre Santos Dumont é total. Isto, a par da extensa e pormenorizada biografia dos irmãos Wright que, evidentemente, são apresentados como os primeiros a voarem em aparelho mais pesado do que o ar.

E assim impudentemente forjada uma falsidade histórica. Sabe-se que em 1908, data em que os Wright apareceram na Europa, os Estados Unidos tentavam obter o monopólio da patente universal para a construção de aviões. Uma falsidade forjada pela exigência de altos interesses financeiros, podemos nós concluir. No entanto, dois outros grandes pioneiros da aviação, Gago Coutinho e Sacadura Cabral, que pela primeira vez ligaram por via aerea a Europa à America do Sul, são também ignorados pela mesma Encyclopaedia Britannica, apesar da intensa repercussão que o feito teve junto à opinião mundial em 1922, e de a "United Press" ter noticiado pormenorizadamente as diversas e aventureiras escalas da viagem.

Em 18 de junho de 1922, dizia o "Correio Paulistano": "Os filhos da mesma raça descobriram que o homem podia voar. A façanha de Icaro foi repetida por um brasileiro. Bartolomeu Lourenço de Gusmão foi o primeiro que se elevou no espaço. Os outros povos da terra tomaram das asas para fazer a guerra, para incendiar as cidades.

Portugal tomou das grandes asas de aço para prosseguir no seu destino.

Sacadura Cabral e Gago Coutinho abrem uma nova era à navegação nos ares, como Vasco da Gama rasgou novos horizontes à navegação nos oceanos. E o destino de uma nação que se cumpre".

Mal sabia o ilustre jornalista de 22 que, passados trinta e tantos anos, seria negada a brasileiros e portugueses, a gloria que alcançaram no pioneirismo da aviação.

Esperemos, no entanto, que a evidencia da supremacia brasileira no domínio do voo do "mais pesado que o ar", e da contribuição lusã para o traçado científico das rotas aereas transatlânticas, derrube o silencio ou os argumentos pueris e tendenciosos das publicações anglo-saxonicas. A recente carta da Junta da Aeronautica Civil dos Estados Unidos reconhecendo a prioridade de Santos Dumont sobre os irmãos Wright, é "fenomeno" marcante e indicador do "ponto de viragem" para uma nova interpretação da historia da aeronautica.

O tempo é ainda o aliado natural da verdade historica.

Portugal na Imprensa Brasileira

O "Estado de São Paulo" continua dedicando grande interesse à Causa da Democracia no nosso país. Comentando a passagem de mais um aniversário da República Portuguesa o grande órgão publicou a seguinte nota, de que, com a devida venia extraímos alguns trechos:

OS DEMOCRATAS PORTUGUESES

Democratas e liberais portugueses cogitam da criação de um partido político, para aprovação de cujos estatutos teriam pedido os bons officios do presidente da Republica.

Não sabemos que reacção terá causado um tal projecto nas esferas officiais de Portugal. Mas não estaremos longe de acertar se admitirmos, desde já, o pouco ou nenhum acolhimento que elas irão dar a mais essa pretensão da opposição portuguesa. A divisão da Europa e as assustadoras ameaças que dia dia crescem sobre a parte occidental do Continente, parecem não ter aberto os olhos sufficientemente aos governantes portugueses para a vital necessidade de procurarem apoio e fortalecerem a segurança nacional no poderosissimo estelo que lhes offerecem os democratas do país. Para os detentores do governo lusitano, é como se vissem no periodo anterior a 1919 e tivessem ainda, no coração da Europa, os exercitos de Hitler e Mussolini a garantir o triunfo do seu corporativismo aerodio. Com a vesânica obstinação de todos os fanaticos, nem se dão conta de que o seu mundo ruí e que só eles subsistem, como fantasmas, num deserto de sombras e ruínas. E o mais paradoxal e absurdo, é que entram em accordos e tratos de amizade com as correntes externas que combateram ontem, e se negam terminantemente a tratar e cooperar com os elementos que, dentro do país, são mais afins do que eles a essas correntes de fora.

A amizade e os laços fraternais que nos ligam àquele velho país animam-nos à liberdade destes comentarios que,

se não são gratos e lisonjeiros a uns, têm no entanto o proposito de ser francos e justos para todos. Trinta anos parece-nos um periodo excessivamente longo para que se não hajam diluido inteiramente nele ressentimentos e discordias que, se já tiveram alguma razão de ser, perderam completamente significação e sentido nos dias conturbados que vivemos. Por tantas transformações passou o mundo de 1926 até agora; de tal modo se alteraram os campos de luta e as taticas de combate, que é profundamente estranho que os governantes portugueses se não tenham convencido ainda de que é nos democratas do seu país que podem encontrar os melhores e mais sinceros aliados na defesa do patrimonio comum.

A luta em que todo o mundo se empenha já esqueceu as causas da discordia entre governo e opposição portugueses, pela mesma razão por que esquece ressentimentos e agravos entre o sistema politico lusitano e o sistema democratico das demais nações do

Ocidente. Quem persiste ainda em recordá-las é o governo português, que, dessa maneira, contribui para enfraquecer a já tão combatida frente ocidental com dissensões internas e a alimentação de um anacronismo no seio de toda a familia democratica.

— / —

Tambem a "Folha da Manhã", desta cidade quis ter a gentileza de se referir com muita simpatia a festa com que os portugueses democraticos de São Paulo festejaram o 5 de Outubro.

— / —

Por seu turno a Associação Brasileira de Imprensa enviou, nessa data, ao Embaixador de Portugal no Rio o seguinte telegrama.

Exmo. Sr Antonio de Faria M. D. Embaixador de Portugal.

A Associação Brasileira de Imprensa, por sua directoria e Conselho Administrativo, endereça a V. Exa., Senhor Embaixador, os cumprimentos mais efusivos no transcorrer do aniversario da Republica (Conclui na 7.a pagina)

FERROADAS

AS DOÇURAS DO CORPORATIVISMO

Acusado de ter praticado um desfalque de 1.200 contos foi preso em Lisboa o chefe dos serviços do Gremio Nacional dos Industriais de Confeltaria, um tal sr. Jobert Raposo, residente na Alameda Afonso Henriques, 17-2.º. Raposa velha, o nosso chefe Raposo não contente com o açucar dos bolos resolveu atirar-se ao mel dos cofres. O corporativismo português, como se vê, é um manancial de doçuras para toda esta gente.

UM GENERAL NAZISTA VIGIA AS MANOBRAS PORTUGUESAS

Em fins de setembro realizaram-se em Portugal importantes manobras militares, na região de Santa Margarida,

Pois sabem quem presidiu à delegação dos representantes estrangeiros que assistiram às manobras? O famigerado General alemão ex-futuro-actual nazista Graf von Kiehmanself, que foi recebido à sua chegada a Lisboa pelo "legado de D. Duarte Nuno em Portugal", o tristemente celebre Cabo Costa, Ministro da Defesa do salazarismo. Como eles todos se entendem... Ainda há quem acredite nas veleidades de democratização do Estado Novo português?

UM "GATO" AMOROSO

Há muito se publica no Rio um semanario que se gaba de posuir ascendencia lutugal. E' publicação agricola: diz que tem avós de Portugal. E' publicação agricola: tem Campos na superintendencia e converte o dr. Salazar com o seu governo, numa beleza de hortaliça. A coisa sempre dá para os legumes...

Em 14 de outubro passado, o amavel órgão publicou um clichê em grande destaque, com esta bruta epigrafe: *Convenção Universal dos Direitos de Amor.*

E o sub-titulo esclarece: *Entregues à UNESCO pelo Embaixador Marcelo Matias os instrumentos da ratificação.*

Que diabo serão os instrumentos nesses Direitos de Amor? Parece que estão desenhados num papel que o Embaixador estende e outro individuo com cara de UNESCO, aceita: ambos sorriem, olhando a folha com ares entendidos. Trata-se afinal de um gato. A convenção era sobre os direitos de autor. O velho sentimentalismo do sr. Campos contagiou a revisão.

(Conclui na 4.a pagina)

SALVE-SE O PRESTIGIO DOS SINDICATOS

Com este titulo, em editorial, o jornal "Juventude Operaria", que se publica em Lisboa, porta-voz da Juventude Operaria Catolica Portuguesa, no seu numero 138 de julho de 1956, dá-nos uma idela quase precisa do que são os sindicatos em Portugal. Transcrevemos "ipsis verbis" as palavras do jornal catolico.

"Os Sindicatos em Portugal, ninguém o ignora, são talvez, entre todos os organismos corporativos, aqueles que mais tem contribuido para desprestigiar e desacreditar a organização corporativa".

"Não tendo sabido ou podido conquistar a confiança dos operarios, provar-lhe a sua utilidade e eficacia na defesa dos seus legitimos direitos, os sindicatos estão, entre nós, votados praticamente a um desinteresse total por parte dos trabalhadores, isto é, exatamente por aqueles que lhes deviam dar vida, prestigio e força".

"Um inquerito realizado entre 1.250 operarios revela que somente 38 — repare-se que não chega a 5 por cento — tomam parte em reuniões ou assembleias sindicais". "Na maioria dos casos, o unico laço que liga o operario ao seu sindicato é o pagamento da quota que, como se sabe, é obrigatoria em grande numero de sindicatos".

"Tal fato apresenta-se tanto mais grave quanto é certo ser o sindicato, no campo profissional, a organização fundamental dos trabalhadores e só ele ter competencia legal para negociar accordos ou contratos de trabalho".

"Como explicação para a inefficacia dos sindicatos poderá apontar-se: — uma organização sindical que não responde às reais necessidades e aspirações da classe operaria: — uma burocratização excessiva dos sindicatos".

"A Camara Corporativa, com toda a sua autoridade, não esconde a sua preocupação no parecer que dá sobre o "Plano de Formação Social e Corporativa", quando diz: *uma das grandes dificuldades que a organização corporativa tem encontrado em Portugal, para captar a simpatia e adesão da grande massa — quer no meio dos trabalhadores, quer entre os patrões, pequenos produtores — está no facto de se apresentar aos seus olhos como demasiado dependente da maquina estadual. Sindicatos Nacionais, Gremios, União e Federações burocratizaram-se em excesso, aparentando ser, não poucas vezes, verdadeiras repartições publicas, de que os beneficiarios se sentem tão distanciados como as mesmas repartições do Estado*".

Convem não esquecer ainda o facto de os Sindicatos não terem surgido espontaneamente, isto é, criados pela vontade e esforço dos operarios, mas sim por iniciativa do Governo, com todos os inconvenientes de ordem psicologica que derivam desse facto. Desta forma os operarios nunca consideraram o Sindicato como uma organização sua, proveniente de esforço e iniciativa propria...

O Sindicato, sendo imposto por lei, não representa nunca a expressão natural dos proprios operarios e como tal difficil se torna exigir por parte deles um apoio e adesão totais.

Se tivermos a preocupação de comparar as tarefas e as funções que foram atribuidas aos Sindicatos e as realidades que eles nos apresentam facil se torna compreender como, entre nós, passamos pelo de

30 anos de corporativismo, o Sindicato não é visto pelo trabalhador senão como mais uma repartição do Estado.

De facto muitos dos contratos de trabalho celebrados pelos Sindicatos nada os prestigiam junto dos trabalhadores, não falando já daqueles que estão totalmente desactualizados, com grave prejuizo para as condições de vida dos operarios abrangidos por eles.

No capitulo de serviços e de acção, salvo um ou outro, a acção dos Sindicatos é praticamente nula.

De tal situação, salvo melhor opinião, não se podem com justiça atribuir responsabilidades aos operarios, pois elas cabem em grande parte à actual organização corporativa.

JUVENTUDE OPERARIA que, não o esqueçamos, como todas as publicações se encontra submetida à censura salazarista, não pode dizer toda a verdade. Assim, não consegue apontar as razões que levaram a organização sindical portuguesa à triste situação que aponta. Não pode dizer que todas as direcções dos sindicatos são controladas pela PIDE, que não toma posse nenhuma direcção de Sindicato sem ser aprovada por determinados departamentos da Policia Política, sendo afastados sem razões plausiveis os operarios que se tenham distinguido na defesa dos interesses da classe. Por vezes são mesmo afastadas direcções inteiras e substituidas por comissões administrativas escolhidas pela policia.

Entretanto, apesar de todas as dificuldades impostas pelo governo para que o operariado português não se una em seus Sindicatos, ultimamente os trabalhadores acorrem mais frequentemente a eles e lutam por novos contratos collectivos. São disso prova as discussões e criticas que soffreu em Assembleia Geral a direcção do Sindicato de Via e Obras do Centro de Portugal pelo novo contrato. Os operarios da Carris de Lisboa tambem se estão movimentando para que se realizem eleições nos seu Sindicato.

Os sindicatos texteis aumentam cada dia que passa sua força e esboça-se cada vez com mais vitalidade a união dos respectivos operarios que apresentam decididamente suas reivindicações.

Tal é o panorama, como se vê bastante triste, a que 30 anos de opressão levou a organização sindical portuguesa. Esta, no plano internacional, dado o seu caracter comprovadamente fascista, não consegue fillar-se em qualquer das correntes em que hoje se divide o mundo do trabalho. Os sindicatos portugueses, como leprosos, não encontram guarida quer na organização sindical mundial patrocinada pelos sindicatos americanos, que no organismo a que pertencem as GGT francesas e italianas, de orientação mais esquerdista

O VOTO ORGÂNICO

